

Seremos Demais?

Madame A. MYRDAL e PAUL VINCENT
(Tradução de Maria de Lourdes Lima Modiano)

(continuação do número anterior)

III — FATOS

A população da terra

O NÚMERO total de seres humanos que vivem atualmente na superfície da terra deve oscilar entre 2,2 e 2,5 bilhões. Seria difícil ser mais preciso, uma vez que os dados relativos a grande número de países que, em conjunto, constituem fração importante do total, são ainda muito vagos.

No tocante a certas regiões, tais como a China e numerosos territórios da África, temos que nos contentar com estimativas bastante aleatórias, porquanto ainda não foram ali realizadas operações de censo satisfatórias. Assim é que, a população da China, por exemplo, é calculada geralmente em 400 a 450 milhões, mas nada garante que a sua cifra real não seja bem além desses limites (há estimativas que vão além de 500 milhões).

Em outras regiões, abrangendo principalmente certos países da África e da Ásia, até hoje não foi possível proceder-se senão a um ou dois recenseamentos. Mas a experiência já demonstrou a pouca valia das cifras fornecidas pelas primeiras apurações, cujos resultados necessitam ser controlados por meio das apurações ulteriores. Resulta daí, por exemplo, que a população da península indo-chinesa e a da maioria dos países muçulmanos são pouco conhecidas.

Mesmo certos países onde foi levado a efeito um número relativamente elevado de recenseamentos regularmente escalonados e que, por conseguinte, já se beneficiam em uma experiência estatística bastante longa, têm um conhecimento imperfeito do número de seus habitantes. E' assim que o número dos habitantes da Índia calculado em cerca de 420 milhões talvez, na realidade, se afaste dessa cifra em mais de 20 milhões.

Finalmente, os últimos recenseamentos efetuados remontam, não raro, a uma data bastante afastada. Nos países onde não existem registros de nascimentos e de óbitos, ou onde os mesmos são notoriamente insuficientes ou, ainda, onde a população tenha sofrido, recentemente, por eventualidades tais como guerras, modificações territoriais, migrações, transferências de populações, epidemias, fomes — ocorrências cujas conseqüências demográficas são difíceis de calcular — o número atual dos habitantes, no primeiro censo, só pode ser avaliado pelos resultados da última apuração com uma forte margem de incerteza. E' o caso,

por exemplo, de vários países da América do Sul onde há 30 anos não se faz recenseamento. Também é o caso da U.R.S.S., embora se tenha feito ali um recenseamento em 1939: pode-se calcular que vivam hoje ali 200 milhões de almas, aproximadamente, embora as avaliações extremas, difiram entre si mais de 10 milhões.

E' fácil compreender-se, com tais exemplos, que os países cuja população é conhecida com bastante precisão, estão longe de representar a metade da população do globo e que difícil seria determinar-se uma cifra a esta última, mesmo com uma latitude de 100 milhões.

Distribuição da população mundial

Como se distribui essa população? O exame dos dois esquemas que aqui apresentamos dá-nos uma imagem mais satisfatória do que as cartas usuais de densidade. O primeiro representa a superfície real (levando-se em conta a forma arredondada da terra) das principais regiões do globo: tem a vantagem, em comparação com os clássicos planisférios de não exagerar artificialmente as superfícies dos países nórdicos, nem deformar tanto quanto os *mappa mundi*, a fisionomia de certos territórios.

Na elaboração do segundo esquema, procurá-mos, tanto quanto possível, não perturbar essa representação topográfica representando os vários países por meio de retângulos cuja superfície é proporcional à população que atualmente vive nos respectivos territórios.

Se nos permite a imagem, diremos que, para um viajante, o primeiro esquema representa os países do globo considerados principalmente do ponto de vista turístico e o segundo, esses mesmos países considerados sob o ponto de vista dos contatos humanos.

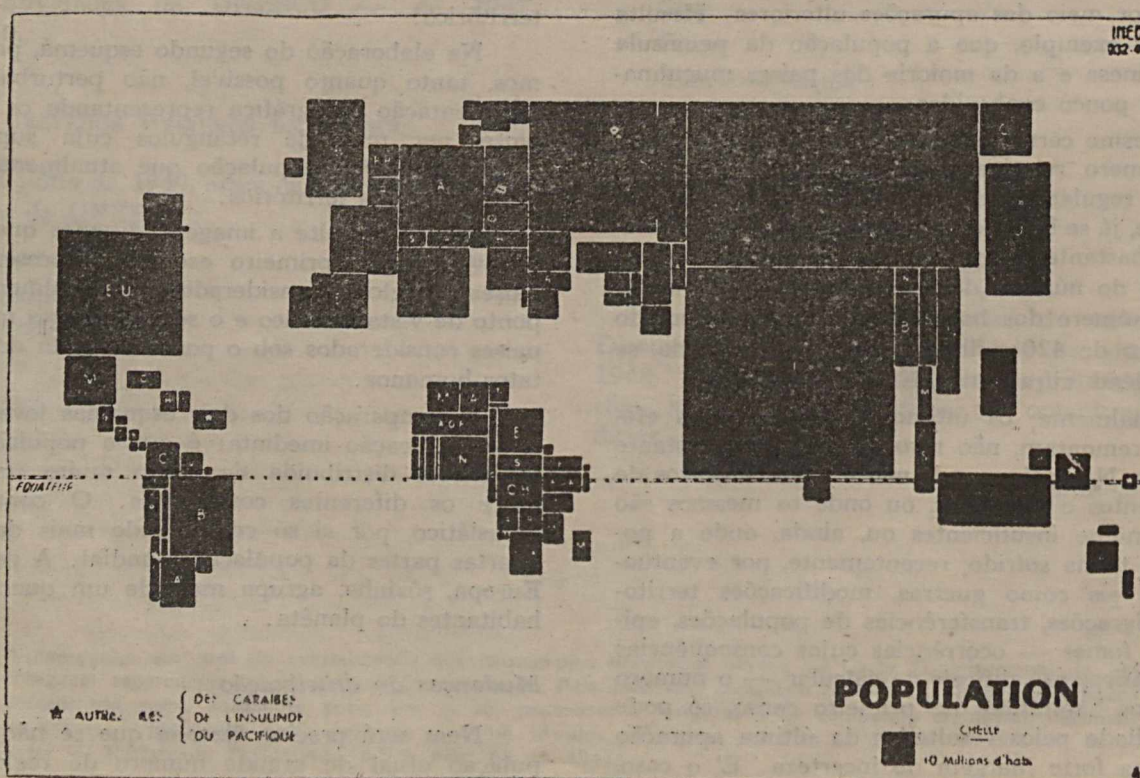
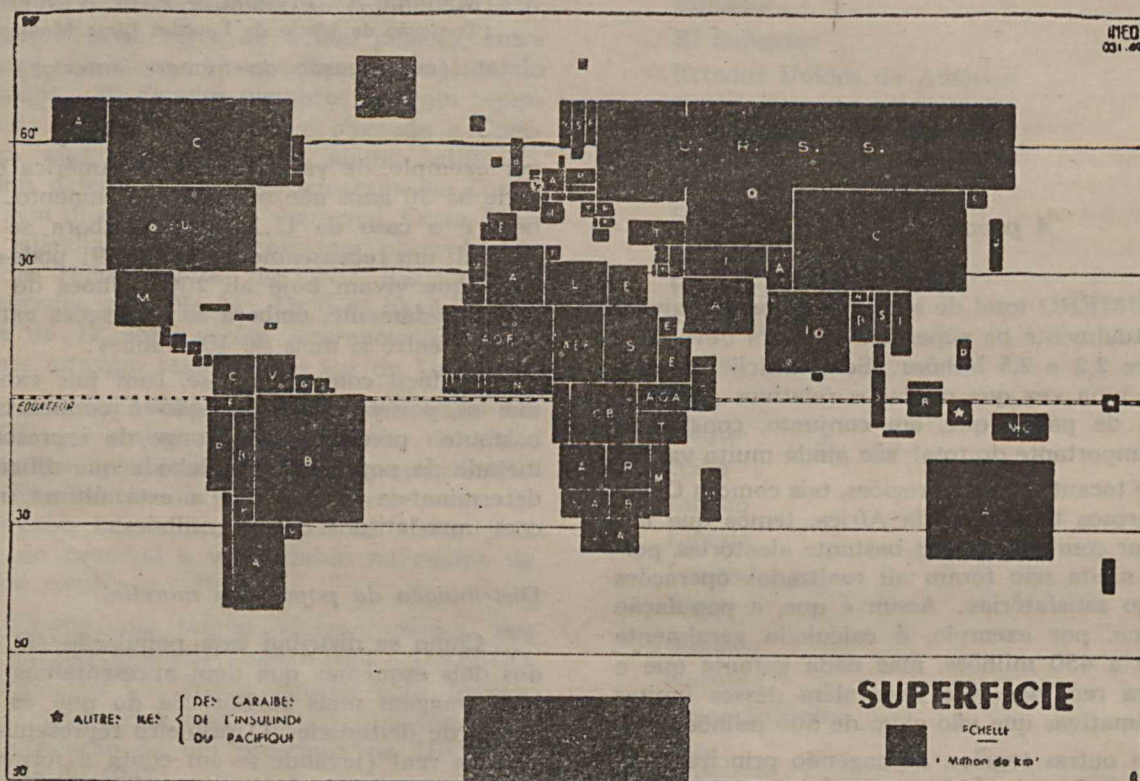
A comparação dos dois esquemas leva-nos a uma verificação imediata: é que a população da terra está distribuída de modo muito irregular entre os diferentes continentes. O continente eurasiático, por si só compreende mais das três quartas partes da população mundial. A pequena Europa, sozinha, agrupa mais de um quarto dos habitantes do planeta.

Mudanças de distribuição

Nem será preciso dizer-se que se não a população atual de grande número de regiões do

globo não é bem conhecida, ainda mais incertas são as estimativas referentes às épocas passadas. Sob reserva das aproximações que tais comparações implicam, evoquemos, todavia, o crescimento da população dos principais continentes durante esses últimos 150 anos.

Desde o começo do Século XIX, a população da Europa triplicou; a da Ásia, que, entretanto, nem de longe foi beneficiada com o mesmo progresso técnico, com as mesmas vantagens industriais e comerciais, multiplicou-se por 2,5 aproximadamente. A população da África, em compen-



sação, desde 1800 não aumentou certamente mais do que em 3/4 do que era naquela época, enquanto que o povoamento do Novo Continente, quase insignificante há 150 anos atrás, (menos de 25 milhões de habitantes) processava-se em ritmo extremamente rápido a partir de 1850, passando de cerca de 60 milhões para número cinco vezes maior, nos nossos dias. A imigração de origem europeia teve, aliás, papel importante nesse aumento.

A primeira vista, o quadro dessa evolução tem algo de impressionante, que parece dar razão aos que vivem apavorados com a idéia de que o mundo está abarrotado de gente. Refletindo-se melhor, porém, o mesmo não deixa de apresentar aspectos completamente diversos.

Em primeiro lugar, temos que concordar que se Malthus voltasse agora ao mundo, ele próprio não poderia deixar de crer na possibilidade de viver tal número de habitantes em territórios que já de seu tempo eram considerados povoados ao máximo possível. Deixando de lado a Europa que teve a possibilidade de explorar territórios virgens de além-mar, que dizer então da Ásia? Como pôde esse continente, que certamente não teve a possibilidade de importar gêneros alimentícios do exterior, alimentar um número de habitantes duas vezes e meia maior do que o que tinha no tempo de Malthus?

Em segundo lugar, veremos que há continentes inteiros ainda longe de "estar cheios". Não parece, à primeira vista, que o continente americano tenha muito mais desertos áridos ou glaciais ou terras inférteis do que a Ásia. A consideração dos esquemas que temos diante dos nossos olhos dá uma idéia das possibilidades de povoamento de imensas regiões ainda quase inexploradas, possibilidades que somente uma colonização muito mais adiantada poderá revelar em toda sua extensão.

Observemos, nesse particular, que alguns especialistas não hesitam em prever que as altas densidades de povoamento para o futuro estarão justamente na zona tropical. Mas há imensas regiões situadas nesses climas (especialmente na África e na América do Sul) atualmente quase desabitadas.

O mundo estará superpovoado?

Será possível responder-se, sem mais amplo exame, a essa pergunta: estará o mundo atualmente já superpovoado ou quase? Não. A pergunta esta mal feita por falta de uma definição mais precisa do que se entende por "superpopulação". A interpretação dêse termo ambíguo dá lugar, efetivamente, a muitos mal-entendidos.

Dentro da mais estrita lógica, a palavra "superpopulação" não deveria ser tomada num sentido absoluto, por isso que, evidentemente a população de um país não pode ultrapassar o número máximo de habitantes que lhe seja possível, alimentar dentro dos recursos de que dispõe. Mas, de fato, não se podendo definir com bastante clareza o nível de referência em relação ao qual calcula-se haver "superpopulação", a expressão é muitas vezes interpretada num sentido absoluto,

correspondendo à noção de população máxima ou, para empregar um termo mais expressivo, de saturação demográfica.

Para nos mantermos provisoriamente dentro dessa noção, vejamos como a população mundial, considerada em conjunto, parece longe do estado de saturação. Diferentes avaliações têm sido tentadas acerca da população máxima da terra, isto é, do número máximo de habitantes que a mesma pode alimentar, na hipótese de uma exploração completa e racional dos recursos do globo com as técnicas atuais. Essas avaliações diferem grandemente, de um autor para outro. Vão de 3,5 bilhões (as mais modestas) até 13 bilhões, (as mais otimistas).

Essas divergências provêm principalmente da dificuldade de se calcularem as possibilidades agrícolas de imensas regiões onde jamais foi feita qualquer tentativa de cultura intensiva em escala suficientemente vasta. Provêm também da concepção que se tem do "estado atual de nossas técnicas e, em particular, da eficácia das técnicas" de luta contra a erosão do solo. De fato, é melhor reconhecermos que nossos conhecimentos atuais são bem insuficientes para nos permitir determinar com sofrível precisão, a população máxima do mundo.

As cifras citadas têm, porém, a vantagem de nos fornecer ordens de grandeza. As avaliações médias, que giram em torno de 6 bilhões podem parecer tranquilizadoras pela margem de aumento que nos permitem entrever. "Mas — dir-se-á — essa margem somente tem sentido quando próxima de um ritmo de crescimento, de modo que se possa avaliar aproximadamente a data do "vencimento". A supor-se que a população do mundo aumente de 1% ao ano, em 70 anos estaria dobrada, ao cabo de 140 anos quadruplicada, e assim sucessivamente. De qualquer forma a data do "vencimento" está próxima: por mais alto que se fixe o número máximo, este não tardará a ser atingido".

A população mundial não é uma entidade

Esse raciocínio, aparentemente irrefutável, peca, porém, pela base, não somente por supor um ritmo de crescimento constante durante um período prolongado, como — e principalmente — por considerar a população mundial como um todo homogêneo. A realidade é, porém, inteiramente diferente. Já vimos que há enormes desigualdades na repartição da população do globo; por outro lado, o mundo está cercado de barreiras de toda espécie, resultantes não apenas de circunstâncias materiais, econômicas, políticas, como também de fatores sociais, morais, lingüísticos, etc. Essas barreiras tanto impedem a igualdade de acesso de todos os povos ao conjunto dos recursos mundiais, como também os movimentos migratórios de amplitude suficiente para realizar uma homogeneidade relativa da população do globo no plano demográfico.

Resulta daí que, ao lado de países cuja população não chega a um décimo da cifra máxi-

ma que poderia ser alimentada no respectivo território, outros há cujo povoamento chegou quase à saturação. E' preciso observar, porém, que o número destes últimos não somente diminuiu desde os tempos de Malthus, a despeito do aumento da população mundial de 150 anos para cá, como também esse número é menor do que se pensa geralmente.

Se percorrermos a literatura relativa aos países considerados "superpovoados" veremos com surpresa quão otimistas são os autores que melhor conhecem esses países. De fato, poucos são os países que se consideram superpovoados. Assim, é somente na opinião dos estrangeiros que a população da U. R. S. S., por exemplo, é considerada superabundante. A política demográfica da União Soviética está longe de refletir tal apreensão.

Mas voltemos antes nossa atenção para o Extremo Oriente. Há quem afirme, tendo em vista a questão de densidade, que a Indochina francesa atingiu o máximo de população compatível com o território de que dispõe, mas há também quem, estando bem a par da situação demográfica na Ásia classifique a Indochina francesa, como o Sião, a Birmânia, a Malásia, as Filipinas e as Índias Neerlandesas, entre os países que podem, sem dificuldade, suportar durante dezenas de anos o ritmo atual de crescimento (embora considerável como é) de suas populações.

Esse mesmo autor opõe, em compensação, àqueles países, a China e, principalmente a Índia, onde, segundo diz, quase todas as terras aráveis são postas em cultura. Todavia, certos demógrafos indus são da opinião que uma utilização mais acertada da terra, aliada ao emprego de melhores métodos de cultura e ao desenvolvimento da irrigação, permitiriam à Índia alimentar o dobro da sua população atual.

Qual será a razão de tais divergências de apreciação? E' provável que se trate de uma interpretação errônea das causas do nível de vida extremamente baixo que caracteriza as populações do Extremo Oriente. Efetivamente, a existência de massas subalimentadas não deve, por si só, ser considerada prova de "superpopulação". Muitas vezes, é apenas uma prova das insuficiências do sistema econômico social vigorante. Os exemplos não faltam: há países, dispondo de grandes excedentes de gêneros alimentares, onde existe, todavia, uma subalimentação crônica nos grupos mais miseráveis da população. Uma repartição mais equitativa da renda nacional entre as várias categorias de consumidores permitiria que todos vivessem na abundância.

Mesmo nos países considerados mais geralmente como "superpovoados", a situação, encarada apenas sob o ponto de vista da adaptação das subsistências à população, também não parece tão inextricável como se quer fazer crer, via de regra. O Egito, por exemplo, é, sem dúvida alguma, uma das regiões onde o povoamento mais se aproxima da saturação. Ora, essa região consagra cerca da quarta parte das terras de que dispõe, à cultura do algodão. Levando-se em conta a estrutura da agricultura egípcia (0,5% dos grandes proprietários rurais possuem ali, mais da terça parte das terras

cultiváveis, enquanto que os 70% dos pequenos proprietários, que não possuem mais de meio hectare cada um, dispõem, em conjunto, de 12% das terras) é lógico que o algodão exportado não é trocado por gêneros alimentícios destinados a diminuir a subalimentação do felá egípcio.

Não há, pois, um só país atualmente que pareça ter atingido a população máxima autorizada pelos nossos técnicos de valorização do solo. Mas a margem de crescimento oferecida às várias populações do mundo é extremamente variável, para julgar convenientemente a situação que daí decorre, indispensável será nos abstrairmos do ponto de vista estatístico, em que nos mantivemos até aqui, para nos colocar numa perspectiva dinâmica, levando em conta os ritmos extremamente diferentes em que crescem as várias populações que temos a considerar.

O aspecto dinâmico

A fim de caracterizar o ritmo de crescimento de determinada população, o melhor é utilizar seu índice anual de crescimento natural, a que chamaremos, para simplificar, de índice de crescimento. Esse índice exprime a fração do aumento anual da população observada, pelo simples jogo de nascimentos e óbitos, isto é, fazendo-se abstração dos movimentos migratórios. Representa êle, por conseguinte, o excesso do índice de natalidade (quociente do número de nascimentos anuais no efetivo da população) sobre o índice de mortalidade (quociente do número de óbitos anuais no efetivo da população).

Infelizmente, é impossível elaborar-se um quadro completo dos índices de crescimento das diferentes populações do mundo, por isso que as estatísticas de nascimentos e óbitos não existem ou são reconhecidamente imperfeitas em grande número de países. Contentar-nos-emos, por conseguinte, em dar algumas indicações visando fixar ordens de grandeza e consideraremos apenas o período que precedeu imediatamente a última guerra, sem tentarmos discutir as perturbações provocadas por esta.

Antes, porém, a fim de dar às cifras uma significação mais concreta, indiquemos os períodos de duplicação que correspondem a certos determinados valores do índice de crescimento. Uma população que tivesse constantemente um índice de crescimento de 10 por mil chegaram ao dobro em cerca de 70 anos; o tempo necessário a duplicar a população se reduz a 35 anos com um índice de crescimento de 20 por mil em compensação, com um índice de crescimento de 5 por mil, somente ao cabo de 140 seria a cifra duplicada.

Vejamos, agora, em linhas gerais, a situação às vésperas da última guerra.

O índice de natalidade varia em escala muito ampla. Atinge a 50 por mil entre os Muçulmanos da Palestina. Vai além de 40 por mil no Egito, na Ilha Formosa, no México, em Costa Rica, no Salvador e em Porto Rico. Não há dúvida que se encontrariam valores semelhantes na maioria dos países muçulmanos e em grande número de regiões

do Extremo Oriente, se fôsse possível levar-se a efeito ali censos suficientemente precisos calcula-se, por exemplo, que o índice de natalidade na Índia, calculada em 34 por mil deve ser aumentada de cerca de um terço para levar em conta o *deficit* de registro de nascimentos.

No Japão, na U.R.S.S., na União Sul Africana e na maioria dos países da Europa oriental e meridional e na América do Sul, os índices de natalidade são altos, oscilando entre 20 e 40 por mil. A Holanda, e o Canadá pertencem também a esse grupo, distinguindo-se assim de seus vizinhos por uma natalidade relativamente forte.

Todos os países da Europa ocidental, central e setentrional (com exceção da Holanda), os Estados Unidos, a Austrália e a Nova Zelândia, apresentam, em compensação, índices inferiores a 20 por mil. Os índices mais baixos são os que se observam na Suécia e na Áustria que têm respectivamente, 14 e 13 por mil.

Os índices de mortalidade diferem também enormemente de uma região para outra. É raro observar-se, com segurança valores tão elevados quanto os citados relativamente aos índices de natalidade, por isso que os países onde há tal mortalidade não dispõem geralmente de estatísticas suficientes. Não há dúvida, porém, que numerosos países conservam, ainda atualmente, índices de cerca de 40 por mil — valor observado antes da primeira guerra mundial nos Estabelecimentos dos Estreitos.

Ainda às vésperas da última guerra, o índice de mortalidade correspondia a valores entre 20 e 30 por mil, na Índia, no Egito, no México, no Salvador, em Porto Rico, no Chile e na Rumânia. O Japão, a U.R.S.S., Costa Rica, a Venezuela, a Palestina, a Grécia, a Iugoslávia, a Espanha, Portugal e a França têm índices de mortalidade oscilando entre 15 e 20 por mil. Quase todos os demais países dispondo de estatísticas de mortalidade têm índices inferiores a 15 por mil; o Canadá, a Austrália, a Nova Zelândia e a Holanda têm os índices mais baixos, girando em torno de 9 por mil.

O índice de crescimento resultante da diferença entre os índices de natalidade e de mortalidade, varia, por seu lado, em escala considerável. Chega a 20 por mil e mesmo mais em certas regiões, especialmente em Formosa, na Palestina, em Costa Rica, no México e, provavelmente, também na U.R.S.S.. Situa-se entre 10 e 20 por mil na maioria dos países da América do Sul, Canadá, Japão, na Índia, no Egito, na maior parte da Europa oriental e meridional e na Holanda. Em compensação, é inferior a 10 por mil no Chile, nos Estados Unidos, na Austrália, na Nova Zelândia e em quase todos os países da Europa ocidental, central e setentrional. A França e a Áustria têm índices de crescimento negativos. É provável, também, que certas regiões da África e da Ásia, devido à forte mortalidade tenham índices de crescimento fraquíssimos, a despeito da elevada natalidade.

Essa síntese do ritmo de crescimento recente em certo número de populações não pode todavia bastar para dar-nos uma idéia das perspectivas de desenvolvimento que se abrem diante dos diferentes povos da terra, uma vez que o índice de cres-

cimento de uma população é suscetível de variar muito rapidamente. É indispensável, portanto, compreendermos a maneira pela qual pode ele evoluir.

O "processo de industrialização"

Para isso, vamos recorrer a um esquema atualmente quase clássico, muitas vezes descrito sob o nome de processo de "industrialização". Esclareçamos bem, desde logo, que se trata de um tipo de evolução demográfica observada no seio de populações de civilização chamada européia e em condições *históricas* particulares: a industrialização acarretando a transformação de uma sociedade agrária, de tipo semifeudal, em sociedade capitalista, de tipo concorrencial.

No início, a população está sensivelmente estacionária ou francamente crescente. Os índices de natalidade e de mortalidade são elevadíssimos. Aproximam-se na média — mas apenas na média — uma vez que a mortalidade é das mais irregulares, assinalada por epidemias, escassez alimentar, fomes.

O começo da fase de industrialização é seguido por um desenvolvimento dos meios de transporte e por uma progressão das trocas, o que provoca a melhoria das condições de nutrição e a baixa do índice de mortalidade, atenuando as irregularidades deste último. O declínio da mortalidade prossegue, em seguida, graças à elevação do nível de vida que acarreta um desenvolvimento da higiene da profilaxia.

Nos primeiros tempos, somente a mortalidade diminui, mantendo-se a natalidade em nível elevado. Resulta daí um excedente anual considerável de nascimentos sobre os óbitos. A seguir, a fecundidade começa a declinar; subsiste, porém, durante muito tempo, acentuado desnível entre o índice de natalidade e o índice de mortalidade, de modo que a população continua a crescer em ritmo acelerado.

Finalmente, chega um momento em que a mortalidade atinge um nível tão baixo que o progresso da higiene e da terapêutica já não tem mais senão fraquíssima incidência sobre a mortalidade: é que embora seja possível adiar-se a época da morte, impossível será evitá-la. Pelo contrário: nada se opõe a que o movimento de decréscimo da fecundidade se prolongue além do nível necessário à renovação das gerações. Quando tal acontece, a população, evidentemente, tende a decrescer.

A fim de precisar o momento em que a fecundidade se torna insuficiente para garantir a renovação das gerações, fala-se geralmente em "índice líquido de reprodução". É um índice de substituição de geração. Se, por exemplo, for ele de 0.9, significará que se as condições de fecundidade e de mortalidade observadas na população se mantiverem invariáveis, cada geração não será substituída senão na proporção de 9/10, pela que lhe suceder e que a população acabará por decrescer um ritmo de 1/10, de trinta em trinta anos mais ou menos. A renovação da população só fica,

pois, garantida, no futuro, se o índice líquido de reprodução fôr pelo menos igual a 1.

Importância da estrutura por idade

Todavia, muito tempo pode decorrer entre o momento em que o índice de reprodução fica inferior à unidade e o momento em que a população cessar de crescer. A razão é a influência da estrutura por idade, estrutura esta que somente depois de certo tempo registra as conseqüências finais dos movimentos da mortalidade e da fecundidade.

Quando a mortalidade declina, tudo se passa *grosso-modo* como se, no seio das gerações, os óbitos de criança fôssem substituídos por óbitos de velhos, como se, em outros termos, certo número de óbitos fôssem adiados por uns sessenta anos. Qualquer baixa de mortalidade provoca, pois, certo envelhecimento da população: mas esse envelhecimento só se fará sentir nas gerações "vindouras", de modo que se traduzirá inicialmente por um aumento da proporção de adultos: só bem mais tarde a proporção de velhos começará a crescer de modo sensível.

Ora, num regime de fraca mortalidade, a grande maioria dos óbitos ocorre entre velhos. A estrutura por idade relativamente "jovem" herdada do passado tem, pois, o efeito de manter, durante certo tempo, a proporção dos óbitos na população, isto é, o índice de mortalidade — *abaixo* do nível que seria finalmente atingido se o novo regime de mortalidade se mantivesse indefinidamente.

Enquanto que a diminuição da mortalidade provoca um envelhecimento da população pelo aumento da proporção de velhos, qualquer diminuição de fecundidade acarretará igualmente um envelhecimento da população, isso, porém, pela diminuição da proporção de jovens. O envelhecimento resultante do declínio da fecundidade traduz-se, pois, primeiramente por uma diminuição da proporção de crianças e adolescentes, com aumento das categorias mais idosas e só mais tarde a proporção dos adultos jovens diminui por sua vez.

Assim, o declínio da fecundidade junta seus efeitos aos do declínio da mortalidade para elevar, temporariamente, a proporção de indivíduos em idade de procriar a um nível superior ao que corresponde ao novo regime de mortalidade e de fecundidade. A proporção de nascimentos na população, expressa pelo índice de natalidade aumentará, por conseguinte, na mesma proporção. Em outras palavras, a estrutura por idade crescente, herdada do passado, tem o efeito de manter, durante certo tempo, o índice de natalidade *acima* do nível que seria finalmente atingido se o novo regime de mortalidade e de fecundidade se mantivesse indefinidamente.

A demora com que a estrutura por idade registra os movimentos da mortalidade e da fecundidade e a maneira pela qual influi nos índices de natalidade e de mortalidade, permitem compreender-se porque várias dezenas de anos podem

decorrer entre o momento em que o índice líquido de reprodução, passando a inferior à unidade, as gerações deixarão de garantir a própria renovação e o momento em que, a taxa de crescimento passando a negativa, a população começará a decrescer.

Pode-se dizer, portanto, que toda população de estrutura crescente — com forte proporção de jovens — possui, em virtude de sua composição por idade, uma espécie de energia potencial, uma força viva acumulada, que lhe permite crescer muito tempo com o impulso inicial mesmo quando a fecundidade se torna insuficiente para assegurar a renovação das gerações.

Perspectivas de evolução futura

As vésperas da última guerra, grande número de países já tinham visto decrescer até abaixo da unidade seus índices líquidos de reprodução. Podemos citar, entre outros, a Finlândia, a Suécia, a Noruega, a Dinamarca, a Alemanha, a Tchecoslováquia, a Hungria, a Áustria, a Suíça, a França, a Bélgica, a Grã-Bretanha, os Estados Unidos, a Austrália e a Nova Zelândia. Todos esses países haviam percorrido mais ou menos completamente o ciclo que esquematizamos acima: na falta de imigração, suas populações pareciam fadadas a decrescer em futuro mais ou menos próximo, uma vez que nada fazia prever uma inversão duradoura da tendência geral à baixa de fecundidade.

Entre esses países, porém, somente a França e a Áustria registravam excedentes de óbitos. A maioria dos demais conservavam excedentes de nascimentos, apreciáveis; alguns, como os Estados Unidos, tinham a segurança de verem crescer as respectivas populações durante várias dezenas de anos ainda, sob a influência de uma estrutura favorável por idade. O índice líquido de reprodução não basta, pois, para indicar a posição dos vários países que acabamos de citar com relação à evolução descrita.

Por outro lado, no processo de "industrialização" caracterizado por uma fase intermediária de crescimento enquadrada entre dois estados sensivelmente estacionária, o índice líquido de reprodução adquire duas vezes os mesmos valores, uma vez que, tanto no início como no fim do ciclo se aproxima da unidade. Finalmente, seu cálculo, que exige o conhecimento de certos dados estatísticos raramente existentes, só é possível em limitado número de casos. O índice líquido de reprodução não é, pois, muito indicado para determinar para cada país do mundo sua situação relativamente ao ciclo cujo esquema indicamos.

Tendo em vista que a evolução mencionada se traduz por envelhecimento contínuo da população durante todo o decorrer do ciclo, recorreremos ao potencial de crescimento suposto pela estrutura por idade, para procedermos, com um mínimo de arbitrariedade possível, à classificação dos vários países no plano do esquema em consideração.

Verificamos assim que toda a América do Sul (com exceção talvez da Argentina), o México, a Índia, a U.R.S.S. e a Turquia — aos

quais podemos certamente acrescentar, na falta de estatísticas, a China, o Extremo Oriente sul-asiático e quase toda a África — todos esses países ainda não chegaram ou estão apenas iniciando a fase intermediária de crescimento rápido. Em compensação, no Egito, no Japão e na maioria dos países da Europa oriental e meridional, a evolução já está nitidamente assinalada na estrutura por idade. Mais adiante, no caminho do envelhecimento, encontramos, na seguinte ordem: o Canadá, a Holanda, os Estados Unidos, a Hungria, a Finlândia, a Irlanda, a Noruega, a Tchecoslováquia, a Áustria e a Nova Zelândia. Quanto aos países da Europa ocidental, central e setentrional, que ainda não mencionamos, seu envelhecimento já está tão acentuado que não é possível esperar-se venham suas populações a aumentar no futuro de modo considerável, a não ser que aumente a fecundidade.

A situação na Ásia

Confrontada com o quadro da distribuição da atual população mundial, a enumeração que acabamos de fazer mostra-nos que é na Ásia que os problemas população-subsistências podem se fazer sentir com acuidade em futuro mais ou menos remoto. Com efeito, se a população européia está fadada a crescer ainda durante algum tempo, os efetivos em jogo não são tão grandes que não possam ser absorvidos *in loco* ou não encontrem escoadouro na emigração. Quanto à América, África e Oceania, estes são continentes que dispõem de amplas possibilidades de povoamento.

Pelo contrário, o problema é saber como poderia a Ásia encaminhar-se para um novo equilíbrio demográfico baseado em fraca mortalidade. Se, para chegar a tal tivesse que passar por um processo análogo ao que caracterizou a evolução da população de origem européia desde o começo do século XIX, significaria isso um crescimento enorme de sua população, crescimento tanto mais impressionante, que já se faria sobre efetivos consideráveis.

Tal eventualidade é, não raro, apresentada em cores das mais sombrias. Cogita-se de saber se a Ásia seria capaz de “suportar” tal aumento de população. Na verdade, essa maneira de apresentar a questão não nos parece lógica, pois é certo que se a Ásia não pode “suportar” esse crescimento, o mesmo não se produzirá. Mas essa maneira de expressar os alarmas suscitados pela situação demográfica na Ásia traduz apenas um outro temor mais ou menos consciente: o de virem um dia os povos daquela região do globo a reclamar, por seu turno, consoante lamentável precedente, livre acesso em outros territórios.

Podemos, todavia, indagar se a liberdade de imigração seria suscetível de melhorar de modo sensível a situação demográfica do Extremo Oriente. Vê-se bem o benefício psicológico que resultaria da supressão das barreiras levantadas mais ou menos por toda parte contra os movimentos migratórios; mas, do ponto de vista que nos preocupa, seria mister encarar enormes migrações, interessando dezenas de milhões de indivi-

duos, para modificar, mesmo ligeiramente, a posição do problema na Ásia.

Ora, a instalação de tais contingentes de emigrantes em zonas mais ou menos inexploradas exigiria imenso esforço material. Com efeito, enquanto os povos proliferam facilmente no próprio território, a experiência das colonizações incipientes tem demonstrado como as populações transportadas para outros territórios virgens sofrem para se implantarem e se desenvolverem. Supondo-se que planos dessa envergadura venham a ser um dia considerados, seria o caso de refletir se os esforços que os mesmos exigiriam não poderiam ser mais bem empregados numa tentativa de resolver *in loco* os problemas demográficos da Ásia.

Como, porém, se apresentam exatamente esses problemas? A considerarmos as condições dramáticas representadas pelos índices de mortalidade que vão a 40 por mil, parece-nos que um próximo declínio da mortalidade no Extremo Oriente só possa ser recebido com júbilo. Há quem considere, todavia, que tal eventualidade representaria para aquelas regiões verdadeira “catástrofe”.

A fim de discutir tal opinião, é preciso nos entendermos quanto ao sentido das palavras. Se a forte mortalidade atualmente existente na Ásia resulta da insuficiência dos recursos nutritivos, qualquer declínio do índice de mortalidade deve ser considerado como sinal de uma melhoria da situação alimentar e, neste caso, não vemos razões para alarma. Supor-se que o declínio da mortalidade possa ser “catastrófico”, é admitir-se implicitamente que as subsistências disponíveis autorizam certa margem de crescimento para a população.

Se compreendemos bem, o perigo seria então que a baixa de mortalidade resultante da melhoria das condições higiênicas e sanitárias acarretasse tal crescimento da população, que essa margem fôsse rapidamente preenchida: a mortalidade aumentaria então novamente em consequência da subalimentação. Em resumo, a “catástrofe” consistiria essencialmente no seguinte: o declínio da mortalidade seria apenas temporário e nada mais se faria do que substituir por outras certas causas de mortalidade.

Essa última consideração merece, porém, certa atenção, uma vez que do ponto de vista psicológico, as causas de mortalidade não parecem equivalentes: com índices de mortalidade iguais, em média, um povo será certamente menos infeliz sendo periodicamente dizimado por epidemias (que em rigor podem ser atribuídas à fatalidade) do que vivendo em perpétua miséria fisiológica, em consequência de uma escassez alimentar quase contínua.

Seja qual fôr a opinião que professemos acerca das possibilidades de povoamento da Ásia, ninguém negará que seja interessante evitar-se um crescimento demasiado e muito rápido das populações que ali vivem atualmente, o que nos leva naturalmente a examinar se o chamado processo de industrialização se impõe de maneira inelutável.

Haverá outras formas possíveis de evolução?

Um exame da maneira pela qual se desenvolveu historicamente a "revolução demográfica" nos países onde a mesma já se manifestou, revela, entre outras coisas, notáveis divergências, que provam que o esquema indicado nada mais é do que uma grosseira aproximação. Nesse particular, há um ponto que deve merecer especialmente nossa atenção: a ordem em que se sucedem o declínio da mortalidade e o declínio da fecundidade.

No esquema indicado, com efeito, o declínio da mortalidade precede o da fecundidade e é essencialmente a esse fato que se atribui o crescimento considerável que caracteriza a fase transitória. Se a ordem de sucessão dos fenômenos fôsse inversa, o aumento da população resultante da passagem do estado inicial para o estado final, poderia reduzir-se consideravelmente e até mesmo ser suprimido. Examinemos, pois, para começar, se não haverá alguma ligação entre o declínio da mortalidade e o da fecundidade.

O declínio da mortalidade, principalmente no início, faz-se sentir principalmente nas idades mais tenras. A mortalidade infantil (das crianças de menos de um ano) que, em muitos países é de mais de 30%, está declinando, atualmente, em alguns deles, para índices dez vezes menores. Mas nas populações onde a restrição dos nascimentos é pouco difundida, a infecundidade ligada à amamentação materna tem papel considerável na limitação do número de maternidades. A diminuição da mortalidade infantil (que representa a sobrevivência de certo número de lactentes) tem o efeito de, alongando a duração média da amamentação, espaçar os nascimentos sucessivos e, por conseguinte, diminuir a fecundidade.

Por outro lado, quando, no tocante à procriação, intervêm fatores voluntários, qualquer declínio da mortalidade infantil acarreta certa diminuição da fecundidade. Antigamente, um casal que procriava uma dezena de filhos, criava somente a metade. Os outros morriam nos primeiros meses de vida. Por outro lado, os que sobreviviam, criavam-se, por assim dizer, por si mesmos. Atualmente, nos países de fraca mortalidade, os pais têm a possibilidade de ver quase todos os filhos chegarem à idade adulta: mas esse resultado só se consegue através de cuidados novos, para com cada uma das crianças. U'a mulher que dá à luz dez crianças nessas condições compromete-se, pois, praticamente a levar nove delas à maioridade. Compreende-se que, diante do aumento de trabalho que isso representa, os pais procurem restringir a respectiva prole.

E' certo, pois, que o declínio da mortalidade acarreta, quase que automaticamente, certa diminuição ulterior da fecundidade. Mas a ligação entre os dois fenômenos não é muito íntima e, principalmente, nada impede que a fecundidade diminua em primeiro lugar. Parece mesmo que uma diminuição na dimensão das famílias, fazendo com que as crianças menores fiquem expostas a menos riscos de contaminação por parte dos irmãos e irmãs e permitindo-lhes gozar de mais

cuidados por parte dos pais, seria capaz de facilitar um declínio da mortalidade infantil e juvenil.

A opinião bastante difundida, de que a diminuição da mortalidade precede *necessariamente* a da fecundidade, provém de uma extrapolação arriscada de uma observação histórica talvez precipitada. Atribui-se o declínio da mortalidade e o declínio da fecundidade que se verificam no "processo de industrialização" à mesma causa essencial: a elevação do nível de vida. Mas essa explicação parece insuficiente para explicar as diferenças de evolução que se verificaram, por exemplo, entre dois países como a França e a Grã-Bretanha: de 1800 a 1940, a população da primeira multiplicou-se apenas por 1,5, a despeito de notável imigração; a da segunda, pelo contrário, multiplicou-se por 4,5, a despeito de considerável emigração. Vê-se que as "fases de crescimento" em nada coincidiram nos dois países.

Se essa verificação nos deve concitar a certa prudência quanto à universalidade do esquema em questão, por outro lado deve também levar-nos a estudar com atenção os diferentes fatores suscetíveis de provocar declínio de mortalidade ou de fecundidade, tenham ou não esses fatores se verificado até agora.

No que diz respeito ao declínio da mortalidade, qualquer exame superficial mostra-nos, desde logo, que o mesmo pode revestir-se de diferentes aspectos. Pode resultar — como aconteceu antes da era pasteuriana — de uma melhoria do nível de vida, traduzindo-se pela eliminação das epidemias de fome e de escassez alimentar e por melhores condições de higiene e de nutrição, acarretando, como consequência maior resistência às epidemias. Mas pode também — como acontece não raro nos nossos dias — ser causada por uma ação ofensiva contra os agentes patogênicos e o caso é bem diferente do precedente, uma vez que os efeitos de uma luta eficaz contra a doença se fazem sentir mesmo sobre uma população subalimentada, vivendo no limite mínimo das subsistências; evitando-se o desenvolvimento de epidemias mortíferas, evita-se a desorganização da produção que delas resulta, o que tem o efeito de aumentar a cifra da população sem lhe alterar o nível de vida.

Quanto à baixa da fecundidade, esta suscita certo número de problemas dignos de atenção. Seria interessante, particularmente, sabermos se outros fatores além da capilaridade social podem ou não intervir para alimentar os nascimentos em meios onde o nível de vida é muito baixo. Nesse particular, um estudo aprofundado dos fatores de declínio da fecundidade na França e na Suécia, durante o século XVIII, seria de grande utilidade.

Não se pode garantir que o declínio da mortalidade naqueles dois países tenha precedido o declínio da fecundidade. Há testemunhos dignos de fé que parecem indicar que a restrição dos nascimentos já assumia certa extensão nos meios rurais, na França desde meados do Século XVIII. Um ponto, todavia, até hoje não foi satisfatoriamente explicado: é que na França registrou-se, durante todo o início do século XIX uma fecundidade muito mais fraca do que a dos países semelhantes.

Antes de pretender-se universalizar uma teoria, faz-se mister examinar todos os fenômenos já observados. A que nos propõem sob o nome de "processo de industrialização" não apresenta caráter de universalidade. Não temos pois razão alguma para a considerarmos implacável, e para nos entregar ao pessimismo sob o império de uma espécie de fatalismo demográfico.

A humanidade não deseja ser um brinquedo de forças cegas: crê na eficácia de uma intervenção consciente no desenrolar dos fenômenos que interessam seu destino. Até que ponto essas esperanças serão fundadas nesse particular? E' o que vamos agora examinar.

IV — POLÍTICAS DEMOGRÁFICAS

No mundo inteiro e, especialmente, nos países de civilização ocidental, os setores subordinados à planificação do Estado se estendem cada vez mais. E' quase certo que todos os países insuficientemente desenvolvidos, com população densa e índice de natalidade elevada, terão, nos próximos dez anos, uma evolução rápida produzindo-se no mesmo sentido. De todos os lados, esforça-se o Estado por firmar sua autoridade sobre seus administrados e tomar em mão a direção do desenvolvimento econômico e social. Compreendendo que estão insuficientemente desenvolvidos, mais ainda desejarão esses países compensar o atraso através da planificação.

Procuremos descrever a situação do ponto de vista da demografia, em que a planificação econômica do Estado poderá ter as conseqüências mais importantes. Mais ou menos em toda parte esforçar-se-á o Estado pela racionalização da agricultura, pela aceleração do processo de industrialização, em resumo, por fazer com que os recursos sejam explorados mais a fundo. Por toda parte procurará o Estado também melhorar as condições sanitárias, o que terá o efeito de reduzir o índice de mortalidade. Ao mesmo tempo, admitir-se-á, cada vez mais, a possibilidade de influir no índice de fecundidade, embora nesse ponto entrem em jogo considerações valiosas. Em certos países podemos verificar que o Estado se esforça sistematicamente por mitigar a fecundidade das camadas mais pobres da população. De qualquer forma, este último aspecto da política demográfica constituirá muito provavelmente um dos elementos da futura planificação, sob a forma de política da família.

No que concerne o "homem e seu alimento", a questão essencial será a seguinte: *em que proporção será possível elaborar-se um plano de conjunto levando-se em conta todos os elementos do problema?*

Antes de nos empenharmos nessa direção, será preciso nos persuadirmos de que um plano de desenvolvimento econômico que não fôr acompanhado por uma política demográfica pode acarretar conseqüências desastrosas do ponto de vista da natalidade. Da mesma forma, não se pode visar a diminuição do índice da mortalidade sem prever os resultados de um grande desnível. Por outro lado, nada permite afirmar-se o caráter inevitável do

processo de crescimento demográfico que acompanhou o "desenvolvimento" da civilização ocidental. E' preciso não esquecer que esse impulso demográfico produziu-se numa época em que não existia planificação.

Convém, finalmente, lembrar, que os que não querem ouvir falar em planificação nem em política demográfica assumem, *ipso facto*, a responsabilidade da escolha em favor do "laissez faire".

O fatalismo diante das conseqüências da industrialização

A fim de fixarmos as idéias, consideremos o caso da Ásia, no momento atual. Não é inevitável que ao estágio atual de fecundidade e de mortalidade igualmente elevadas venha a suceder o estágio caracterizado por índices acentuadamente baixos de mortalidade e de fecundidade, tais como tivemos depois da industrialização nos países da Europa ocidental. E' justo supor-se que, partindo de condições muito diferentes, a evolução seja também muito diferente.

Se todavia, a industrialização nos países asiáticos, especialmente, der lugar à mesma evolução que na Grã Bretanha e em outros países da Europa, assistiremos então a repetição dos fenômenos "clássicos": de início, as regiões rurais, mais atrasadas, escoarão o excedente de suas populações para os centros industriais onde se formará assim um proletariado urbano miserável, cada vez mais numeroso: a essa fase sucederá a da "luta pela vida", durante a qual as famílias aprenderão a evitar a proliferação exagerada, a fim de manter ou elevar o próprio nível de vida, uma sociedade dominada pela concorrência.

A característica dominante dessa evolução é que a *industrialização precede a instrução*. A ignorância impede a população agrícola de usar as técnicas modernas que lhe permitiriam melhorar o nível de vida; essa população abandona, pois, seu *habitat*, indo formar a mão-de-obra barata para a indústria. A ignorância impede igualmente as famílias pobres de se adaptarem às novas condições materiais e, de modo particular, às exigências de uma economia dominada pela concorrência e na qual o nível de vida é tanto mais baixo quanto mais numerosa é a família. Assim a natalidade permanece perigosamente alta, embora a mortalidade entre em regressão e já não se tornem necessários tantos nascimentos para compensar os óbitos.

Se o mesmo processo se repetir na Ásia, teremos razões para concluir que os ensinamentos da história permanecem letra morta. Mas se a Ásia chegar a instruir rapidamente as massas imensas de suas populações rurais, nesse caso o progresso agrícola poderá preceder a industrialização e a modernização da economia e das técnicas poderá seguir os passos da saúde pública e da educação, para a consecução das necessárias condições de um ajustamento harmônico dos índices de mortalidade e de fecundidade. Seria possível, assim, evitar-se a fase intermediária que os pessimistas tanto temem, durante a qual a mortalidade diminui e o índice de fe-

cundidade permanece elevado e que se traduz por um enorme crescimento da população.

Na fase seguinte, poder-se-ia igualmente fugir ao exemplo dos países industrializados do Ocidente. A tendência para o despovoamento não é inevitável. Quando tal fenômeno se produz, é, principalmente em consequência de uma industrialização levada ao excesso, acompanhada de uma política de família abandonada ao léu. Nestas condições, o operário jamais chega a ganhar para manter facilmente a família. Também, a limitação voluntária do número de nascimentos apresenta-se como meio natural de melhorar a situação econômica da família. Mas se a industrialização visar a criação de condições econômicas diferentes e se for acompanhada por um auxílio direto à família no plano econômico, o resultado poderia, evidentemente, ser diferente.

A economia da família, fator decisivo

Considerando superficialmente o problema, seremos levados a crer que basta desenvolver os recursos de um país para que o crescimento da riqueza compense o crescimento da população. Mas, mesmo supondo-se acertada essa teoria, em conjunto, a mesma não será necessariamente confirmada pelos fatos. Pelo contrário, a história nos dá inúmeros exemplos cujo paradoxo nos deixa atônitos: certos países entre os mais "ricos" são precisamente os que sofrem de diminuição do índice de fecundidade.

Neste ponto, estaremos, mais uma vez, em presença de um erro de raciocínio. A população não constitui uma massa amorfa, usufruindo uniformemente de qualquer afluxo de riquezas. O grande problema é a distribuição. Do ponto de vista demográfico, a nossa tendência geral é de esquecer que importantes frações da população permanecem pobres, mesmo quando os recursos aumentam, isso por que a população se subdivide em famílias e, dentro de uma economia industrializada, somente os membros chamados produtores têm acesso direto aos recursos nacionais. O empobrecimento provocado pelo início da transformação de uma economia agrícola em economia industrial prende-se ao fato de que a remuneração do trabalho é calculada em função do número de trabalhadores e não em função do número variável de pessoas que esses trabalhadores têm a seu encargo.

E' certamente no plano da economia de família que a evolução futura dos países de economia planificada diferirá mais da evolução passada dos países do Ocidente. A preocupação de manter e de elevar progressivamente o nível de vida das famílias, de preferência ao nível de vida dos indivíduos, contribuirá para frear certas tendências econômicas e para incentivar outras. Dar-se-á preferência ao incremento das cooperativas rurais ao invés de criar campos de trabalho tais como os que surgem quando a mão-de-obra indígena é absorvida pela industrialização. Pode-se objetar, não há dúvida, que tais considerações se-

riam contrárias à utilização econômica dos recursos. De certo modo é verdade, mas com uma economia planificada isso significaria apenas que a evolução seria gradual e cumulativa. E' bem possível que certos países considerem precisamente que seu interesse estará numa evolução progressiva desse gênero, revelada pela melhoria da economia da família.

A questão da economia da família situa-se bem no âmago de um problema demográfico essencial: a ameaça de pobreza no caso de "superpovoamento" provém de que as famílias, consideradas de per si, têm um fardo demasiado pesado em relação às respectivas rendas. O fato de serem os recursos totais de um país suficiente para alimentar os seus filhos, raramente intervém na prática. O remédio aplicado nos países evoluídos consistiu invariavelmente na redução da família: logo que surgiu o problema, adotou-se uma atitude mais racional em matéria de natalidade. O paradoxo da fraca natalidade nos países ricos e mesmo entre as famílias ricas, explica-se: a) porque a riqueza é desigualmente distribuída entre os chefes de famílias e os demais; b) porque os "ricos" sofrem muito mais a influência do racionalismo, fruto da educação.

Elementos para uma política demográfica

Procuramos mostrar que os problemas demográficos não têm apenas um aspecto geral e nacional; têm também um aspecto individual e de família. A decisão primordial de fundar ou não uma família cabe ao indivíduo. Mas, uma vez que a soma desses indivíduos constitui a "população", essa decisão interessa a sociedade. Seja qual for a liberdade que os indivíduos reivindicuem e conservem, nem por isso dependerão menos das condições sociais que determinam o estado sanitário, a duração da vida, as correntes migratórias e se refletem nas tradições relativas à idade para casar, ao número de filhos, etc., todas elas importantes para a evolução demográfica.

Assim, os fatores sociais que se tem que levar em conta em qualquer política demográfica pertencem a inúmeros setores. Por enquanto teremos que deixar de lado os fatores mais gerais que são mais ou menos os seguintes:

O desenvolvimento dos recursos agrícolas (particularmente importante por isso que deixa intacta a estrutura da família cujos recursos alimentares são aumentados).

O desenvolvimento dos recursos industriais (particularmente importante dado que as remunerações são unicamente calculadas em função do número de trabalhadores, o que tem por consequência tornar certas famílias "pobres na abundância").

A melhoria das condições sociais, especialmente da saúde pública (muito importante por isso que permite reduzir o índice de mortalidade e aumentar assim a população).

Os fatores que devem merecer atenção mais especial por influírem no índice de fecundidade são os seguintes:

O desenvolvimento da educação (muito importante por permitir às famílias se adaptarem racionalmente às novas condições no tocante aos costumes e ao número de filhos).

O desenvolvimento da segurança de família (especialmente importante por contribuir para a manutenção do nível de vida das famílias).

O fator importantíssimo das migrações será objeto de estudo no fim deste capítulo.

A educação e a propaganda foram utilizadas no âmbito da política demográfica, mas com fins opostos. As campanhas em favor da natalidade fazem apelo aos sentimentos religiosos, morais e nacionalistas dos indivíduos, para fazê-los compreender ser seu dever procriar e renunciar às práticas anticoncepcionais. Convém reconhecer que tais princípios de comportamento visam provocar diretamente um aumento demográfico e isso, de certo modo, pelo constrangimento. A educação tem efeito contrário: graças à educação, o indivíduo adquire melhor conhecimento das causas dos males sociais, com o resultado de levar a família a proteger seu nível de vida limitando o número de filhos. Outro efeito da educação reforça consideravelmente essa tendência: é que os indivíduos aprendendo a melhor apreciar as condições favoráveis de higiene, habitação, alimentação, cultura; os pais passam a desejar que seus filhos gozem desses benefícios e consideram mesmo seu dever fazê-lo.

As despesas de manutenção dos filhos, que sobem em tôdas as civilizações logo que os pais cessam de tirar proventos do trabalho da respectiva prole, também podem, segundo a maneira por que forem distribuídos, influir de modo favorável ou desfavorável na cifra da população. Nada pode contribuir mais "negativamente" para reduzir o índice de natalidade do que induzir os pais a garantirem aos filhos um alto grau de instrução, de serviços médicos, de boas condições de habitação, regime alimentar equilibrado, etc., fazendo-se ao mesmo tempo os próprios pais arcarem com as despesas dessas boas disposições.

Da mesma forma, se se deseja incentivar a estabilização ou o crescimento das famílias, um método eficaz seria distribuir as rendas de modo que as despesas de manutenção dos filhos ficassem a cargo da sociedade e não dos indivíduos. Para isso, pode-se recorrer a meios financeiros: impostos especiais e auxílios-família ou criar serviços sociais destinados a diminuir as despesas e as dificuldades das famílias: educação gratuita, habitação barata, cantinas escolares, maternidades gratuitas, cuidados médicos gratuitos para as crianças, berçários, jardins de infância, etc. Esses dois métodos permitem adaptar-se a cifra da população aos recursos nacionais (O sistema que consiste em incentivar a natalidade concedendo-se aos pais recompensas honoríficas ou vantagens em espécie e que se enquadra numa política demográfica de tipo fascista, está citado aqui apenas como lembrete).

A política demográfica dos países cujo desenvolvimento econômico já está bastante adiantado e que se sentem ameaçados de crise de natalidade

não pode ser considerado como problema simples. Cada caso é diferente e não seria possível descrevê-los todos aqui. Certos programas demográficos de caráter autoritário tornaram-se famosos. Nos países democráticos, a política demográfica — por vezes muito ativa e apresentando-se sob múltiplos aspectos; na Suécia, por exemplo — é associada a uma política econômica e social muito complexa a fim de sanar a diminuição da população, provocada pelas despesas elevadas da educação dos filhos numa sociedade dominada pela concorrência e caracterizada por um nível de vida elevado. No âmbito dessa política, a limitação dos nascimentos visa principalmente remediar as variações consideráveis e muitas vezes irracionais do índice da natalidade e, de um modo geral, dar a cada família o meio de se adaptar às circunstâncias.

Não nos cabe aqui estudar mais a fundo esses sistemas. Bastar-nos-á tirar uma conclusão geral: quando se deixa a educação desenvolver-se, as medidas de coerção tendentes a privar o indivíduo do direito de fixar o número de filhos, são praticamente ineficazes.

A política demográfica nos países insuficientemente desenvolvidos

A política demográfica de um país insuficientemente desenvolvido onde é preciso partir de zero será muito diversa: tal país, efetivamente, se encontra no ponto de partida, dotada de um índice elevado de fecundidade e de um nível de vida muito baixo. Os elementos dessa política demográfica serão, evidentemente, os que acabamos de descrever. Sua dosagem será determinada pelos fins visados e os valores sociais e culturais admitidos na sociedade em questão. Todavia, a aplicação de uma política de família racional deverá merecer prioridade, o que não significa que se deva levar a efeito campanhas organizadas tendo em vista a limitação sistemática do número de nascimentos (não sabemos se o país em questão estará superpovoado) mas procurar-se-á adaptar, cada caso, aos recursos e, repetimos, mais uma vez, aos recursos de que dispõem efetivamente as famílias — em outras palavras, cada família será o melhor juiz para o próprio caso.

O melhor caminho para os países que se aproximam do período de desenvolvimento com um plano e com a experiência da história parece ser o de aplicar um programa progressivo e coordenado, onde cada elemento contribua de modo cumulativo a favorecer o progresso do conjunto. E' assim que a política sanitária deverá visar a proteção da família, principalmente das crianças. Será preciso combater primeiramente a mortalidade infantil muito elevada. Logo que os primeiros serviços sanitários públicos estiverem criados, poderão eles tratar de distribuir conselhos sobre os meios de evitar a concepção; esse papel caberá ao serviço encarregado de cuidar da saúde das mães; assim poder-se-á melhorar ao mesmo tempo o nível de vida da família, evitando-se proles numerosas. Um serviço educativo poderá

ser organizado dentro dos projetos de desenvolvimento econômico visando permitir, desde logo os trabalhadores compreender o seu lugar na sociedade, contrariamente ao que se fez nas primeiras etapas da industrialização. Ao mesmo tempo, a educação conduz à melhoria da saúde, à elevação do nível de vida, à melhor compreensão das crianças, à limitação do número de nascimentos que, em todos os países, depende mais de uma modificação de atitude do que da existência de meios anticoncepcionais. Se se aplicar assim progressivamente um programa de desenvolvimento coordenado dos recursos, quer humanos quer materiais, a maioria das críticas hoje dirigidas contra essa ou aquela "política" isolada já não teria razão de ser. Em compensação, há um grande perigo nas concepções mesquinhas ou extremas de certas pessoas que preconizam uma política demográfica particular ou uma política de desenvolvimento econômico isolado e acelerado, no seio de uma população pobre, analfabeta e entregue ao desespero.

Não é preciso considerar que uma política demográfica racional implique necessariamente em ingerência do Estado na vida privada dos cidadãos. O problema é apenas o seguinte: o Estado ou os principais fatores econômico-sociais criam as condições exteriores da vida da família e esta decide se essas condições lhe permitem ou não ter filhos. Se essa política fôsse aplicada, poderíamos vir a assistir a um fenômeno que, no momento atual parece impossível: os vastos recursos correspondendo às famílias numerosas e os parques recursos às famílias menores.

Problemas internacionais

Cada país ou cada região procura, com tôdas suas forças, resolver os problemas suscitados, em cada caso particular, pela relação entre a população e os recursos alimentícios. Aí se resume o problema da pobreza propriamente dito. A questão evidentemente complica-se muito pelo fato de não se poder tratar o mundo como um todo, mas quanto a saber-se se os recursos totais do globo bastariam para alimentar sua população, este é um problema que tem que ficar em suspenso. Devemos, pois, tratar agora, para concluir, da questão das migrações, isto é, da transferência já não mais dos recursos, senão da população dos países superpovoados para outros insuficientemente povoados.

A emigração

Examinemos, para começar, a maneira pela qual grande número de autores tratam do problema demográfico mundial no seu conjunto. Parece que há certas contradições. De um lado, esses autores falam de ameaça de superpovoamento, como se o mundo constituísse um todo homogêneo; esquecem-se, infelizmente, de levar em conta situações muito diversas nas diferentes regiões. Por outro lado, esses mesmos autores considerando precisamente essa diversidade, evocam cons-

tantemente o espectro do "despovoamento" que paira sobre os países ocidentais, frente ao Oriente superpovoado, prestes a descarregar sua "pressão demográfica" intolerável com a transferência de uma parte de sua população para os "imensos espaços vazios" do globo.

Mas que dizer das dificuldades de uma tal solução? Instalar alguns milhões de pessoas em terras novas é, evidentemente, uma das tarefas que o mundo terá que enfrentar. Por várias razões, há milhões que se encontram em situação intolerável a que desejam escapar: pessoas deslocadas ou sensíveis à atração de novas terras — Israel, por exemplo. Há, igualmente, projetos de transferência sistemática de mão-de-obra especializada para países estrangeiros. Mas o número de emigrantes é relativamente fraco. Os grandes problemas demográficos do mundo estão apenas esboçados.

Voltemos à Ásia. Além dos obstáculos de ordem material e, principalmente, de ordem psicológica e política que se opõem a quaisquer transferências gigantescas de população, mesmo a emigração de cem milhões de habitantes não bastaria para resolver o problema dos meios de subsistência do Paquistão e da Índia. Tudo dependeria das categorias a serem incluídas na emigração. Se todos os velhos e doentes incuráveis partissem, a pressão demográfica poderia ficar momentaneamente atenuada. Mas o número de jovens e de adultos permanecendo o mesmo, as condições para as futuras gerações voltariam a ser as mesmas. Se, por outro lado, a emigração se fizesse entre pessoas robustas, capazes de trabalhar, os problemas da produção ficariam desde logo agravados. Mas os filhos desses emigrantes iriam nascer em outros lugares. O que mostra que a emigração e a limitação do número de nascimentos são duas soluções possíveis para um mesmo problema: é que a segunda permite ao país conservar as categorias produtoras.

Os problemas suscitados pela emigração devem ser examinados em função de cada caso particular. Se alguém quer emigrar para um país onde lhe garantem um emprego, a decisão lhe caberá, principalmente se estiver desempregado e se tiver liberdade de escolher seu destino. Mas os programas gigantescos de transferências de população devem ser apreciados de modo diferente. Provavelmente será mais acertado apreciá-los do ponto de vista dos países de imigração do que dos países de origem.

As perspectivas de uma política demográfica aplicáveis a vários países não parecem das mais favoráveis. Durante longos anos ainda, a distribuição e não a quantidade dos recursos permanecerá como questão primordial. Também o comércio e a assistência técnica para o desenvolvimento econômico continuarão a ser as principais tarefas de ordem internacional sob o ponto de vista dos recursos.

Do ponto de vista demográfico, a emigração tem certo papel a desempenhar, embora não se lhe deva superestimar o valor. Há uma tarefa, todavia, que tem importância primordial: fazer com

que esses problemas sejam mais bem compreendidos. Uma cooperação técnica entre grande número de países e de organismos internacionais faz-se necessária para organizar as pesquisas e os inquéritos *in loco*. Através de debates e trocas de idéias, poder-se-á harmonizar e sincronizar, até certo ponto, os programas nacionais visando a melhoria das condições de vida.

Pessimistas e otimistas

Um dos erros fundamentais da teoria malthusiana, erro que subsiste ainda hoje, é querer submeter a uma lei o desenvolvimento da produção agrícola no tempo. Ninguém pode prever os progressos da ciência. Em consequência, a atitude adotada com relação ao problema da alimentação é eminentemente subjetiva. Os pessimistas insistem na destruição progressiva do solo em consequência da erosão e do esgotamento mas se esquecem que uma população crescente representa não só maior número de bocas a alimentar, como também maior número de braços e cérebros capazes de trabalhar.

Por seu lado, os otimistas alegam que é a cultura extensiva que destrói o solo nos países

de população esparsa e que os métodos intensivos utilizados nos países de população densa, longe de destruir o solo o melhoram e enriquecem. Não perdem esperança de ver um dia os desertos ardentes ou glaciais se transformarem em regiões férteis e imaginam o futuro domínio do homem como um imenso jardim. Acreditam, principalmente, no homem, a quem consideram como o recurso mais importante do mundo. Vêm nele o produtor mais do que o consumidor e confiam na sua maleabilidade de adaptação, em sua capacidade de enfrentar os problemas sociais e os problemas materiais. Assim, um país pobre não se deve conformar com as circunstâncias e sim modificá-las. O futuro dará razão tanto a uns ou aos outros. Observemos apenas que a experiência parece confirmar o ponto de vista dos otimistas: os progressos materiais levados a efeito pela ciência jamais decepcionaram os que nela confiavam. A despeito das predições pessimistas dos malthusianos, a despeito de crescimento sem precedente da população do mundo, os países periodicamente sujeitos à escassez alimentar ou à fome ou cronicamente subalimentados vão se tornando cada vez menos numerosos.

*
* *

Duas ferrovias no Brasil são 100% essenciais aos transportes de materiais estratégicos vitais exigidos pelos Estados Unidos. A importância das outras se coloca abaixo, com pouco mais de 3% e algumas não são essenciais. Há linhas férreas que não são essenciais à própria economia geral do Brasil. Contudo, aos Estados Unidos se tem solicitado o fornecimento de novas locomotivas, material rodante, trilhos e um volume de materiais de conservação mais próximos às necessidades normais do que as exigências de um mínimo essencial. Entretanto, somente as necessidades essenciais deveriam ser atendidas. Já se deram passos vantajosos no sentido de evitar a manufatura desnecessária de artigos de metal nos Estados Unidos e seu transporte para o Brasil. Muitos artigos, volumosos ou pequenos, agora estão sendo produzidos ou melhorados no Brasil, utilizando-se sucata. Trilhos de aço das locomotivas e rodas de carros estão sendo reconicionados para milhas adicionais de serviço; os que estão usados além dos limites de segurança vão sendo retirados, improvisados como misteres. Improvisam-se mancais e parafusos com eixos condenados e materiais rodantes similares. Os trilhos de aço condenados e outros tipos de sucata estão sendo convertidos em instrumentos manuais agrícolas de primeira classe, em qualidade e acabamento. Algumas ferrovias já instalaram um departamento independente para recebimento e classificação de toda a sucata que deve ser examinada para utilização antes de produzido novo material. Há abundância de sucata de metal no Brasil. Moirões utilizados para cercar as margens de milhares de milhas de ferrovias são de ferro ou aço de boa qualidade e muitos milhares de toneladas de trilhos de aço condenados são utilizados como postes telegráficos, suportes ou rebordos de meio-fios. Já se concluíram os projetos para construção de carros-tanques de madeira, destinados ao transporte eficiente de líquidos e de recipientes de líquidos e de recipientes de madeira, ao invés de aço, para o carregamento de minérios e outros produtos. O volume dos tanques e recipientes permitirá sua utilização sobre vagões abertos, operados tanto nas bitolas de 1 metro como nas de 1,6, proporcionando, assim, emprego para este tipo de equipamento ferroviário. ("A Missão Cooke no Brasil" pág. 28 — Fundação Getúlio Vargas, 1949).